

## POLÍTICAS PÚBLICAS NO ESPAÇO DIVIDIDO: um lazer participativo?

Liliane de Melo Santos<sup>\*</sup>  
Vitória R. F. Gehlen<sup>\*\*</sup>

### RESUMO

Este estudo pretende investigar o lazer como uma necessidade, partindo do pressuposto de que este não deve ser visto apenas como um direito, mas como uma realidade que deve ser vivenciada pela população local como um todo. Considera que a participação popular no planejamento de políticas públicas referentes ao lazer, num espaço dividido, é repleta de conflitos, contradições e desigualdades sociais. Baseia-se em um estudo de caso que vêm sendo realizado na zona costeira sul do estado de Pernambuco, onde foi criada a Área de Proteção Ambiental de Guadalupe, a qual apresenta potencialidades naturais diversas, utilizadas sem planejamento participativo para o lazer de visitantes em detrimento do lazer dos habitantes do lugar.

Palavras-Chave: espaço, trabalho, subjetividade, lazer, política pública, participação, meio ambiente.

### ABSTRACT

This study investigates the leisure as a need, based on the supposition that this should not just be seen as a right, but as a reality that should be lived for the local population as a whole. It considers that the popular participation in the public policy planning for leisure, in a divided space, is replete of conflicts, contradictions and social inequalities. It is based on a case study that come being accomplished in the south coastal zone of Pernambuco state, where the Area of Environmental Protection of Guadalupe was created, this area presents several natural potentialities, used without participation of native community for the visitors' leisure in detriment of the inhabitants' leisure.

Keywords: space, work, subjectivity, leisure, public politics, participation, environment.

## 1 INTRODUÇÃO

O espaço atual é um produto do período tecnológico e capitalista, assumindo características específicas e contraditórias.

É possível perceber um espaço dividido, onde as relações e conflitos ocorrem, onde as políticas públicas são criadas e desenvolvidas?

---

<sup>\*</sup> Turismóloga. Universidade Federal de Pernambuco. Mestranda em Gestão e Políticas Ambientais

<sup>\*\*</sup> Professora. Universidade Federal de Pernambuco. Dr<sup>a</sup> em Políticas Públicas

O capitalismo que impera na fase histórica atual é visto por Gonçalves (1985) como a causa de todos os males, e é nesse contexto capitalista dos países subdesenvolvidos que o espaço se forma, se divide. (SANTOS, 1979).

Através de meios instrumentais e sociais o homem é capaz de realizar sua vida, produzir e criar espaço. (SANTOS, 1997). É no espaço que as relações acontecem, que o homem constrói sua história.

No sistema capitalista verifica-se que existem disparidades, divisões de classe, rendas desiguais, populações excluídas e marginalizadas.

Nesse contexto, em que a maioria dos sujeitos se vêem como meros predicados, como pensar o trabalho e o lazer em um mundo de exclusão e desigualdades sociais?

Este estudo pretende refletir sobre o lazer, sobre a necessidade de que este não seja visto apenas como um direito, mas uma realidade que deve ser vivida pela população como um todo. Para tanto, o estudo fundamenta-se no pensamento de alguns autores que abordam questões relacionadas ao tema do presente estudo.

## **2 UM ESPAÇO DIVIDIDO**

Milton Santos (1979) afirma ser necessário compreender o processo de subdesenvolvimento através da história, pois segundo ele o espaço dos países subdesenvolvidos é descontínuo, instável, multipolarizado, com impactos negativos diversos e diferenças de renda na sociedade. O espaço apresenta-se afetado por disparidades de situação individual e geográfica.

Santos (1979) argumenta que em um espaço dividido existem dois circuitos econômicos responsáveis pelo processo econômico e de organização do espaço: o circuito superior e o circuito inferior.

O primeiro é resultado direto da modernidade e suas tecnologias, sendo formado por bancos, comércio, indústria de exportação, indústria urbana moderna, serviços modernos, atacadistas e transportadores, enquanto o segundo é um resultado indireto dessa modernização tecnológica, sendo constituído por formas de fabricação não - “capital intensivo”, serviços não modernos e de pequena dimensão, por atividades de fabricação tradicionais, como o artesanato, os transportes tradicionais e a prestação de serviços. As

diferenças entre os dois circuitos se verificam pela tecnologia e pela organização utilizada. (SANTOS, 1979).

O circuito inferior apresenta papel social e econômico inegável, constituindo a estrutura que acolhe as pessoas. (SANTOS, 1979).

Nesse espaço dividido, percebe-se uma divisão do trabalho cada vez mais acentuada pela mundialização do capital, que de acordo com Chesnais (1996) evidencia o caráter excludente e destrutivo do nexos do capital.

O trabalho torna-se, no mundo capitalista, fator de alienação, de estranhamento. (ALVES, 2006). Pois, segundo Santos (2003), o homem cada vez mais se vê obrigado a utilizar técnicas as quais o mesmo não criou para produzir bens dos quais ele não necessita nem tem a condição de consumir.

E é num sistema capitalista e desigual que as políticas públicas são criadas. Nota-se que existe um sistema mundial de relações comandado por interesses privatizados, os quais se opõem aos esforços de integração local. O Estado tem criado políticas de desenvolvimento que têm contribuído cada vez mais para uma distribuição desigual da renda, empresários beneficiam-se enquanto a população em geral permanece à margem na sociedade.

Vislumbrando todas as mudanças advindas desse período tecnológico, percebem-se, ainda, as mudanças no que concerne às relações do homem com o meio ambiente, e dos homens entre si.

O espaço é modificado, tornando-se uma mercadoria, a população, por conseguinte perde também a possibilidade de usufruir os espaços de lazer, apropriados pelo capital.

Como, então, pensar a participação popular, em relação às políticas públicas, nesse espaço dividido repleto de contradições?

### **3 PRODETUR/ NE**

O estudo de caso está sendo realizado na zona costeira sul do estado de Pernambuco, onde foi criada a Área de Proteção Ambiental (APA) de Guadalupe. Nesse espaço vem sendo implementado o Programa de Desenvolvimento do Turismo do Nordeste – PRODETUR/ NE, o qual enquanto política pública desenvolvida dentro de um contexto neoliberal, ressalta as disparidades entre sua proposta e realidade de ação. O

objetivo principal do PRODETUR é proporcionar melhoria da qualidade de vida das populações residentes em áreas turísticas. A pesquisa vem constatando que as obras que estão sendo realizadas destinam-se primordialmente a geração de infra-estrutura a ser utilizada por grandes empreendimentos turísticos, deixando a população isolada das decisões do Programa.

Esses empreendimentos turísticos de lazer de massa geralmente não contribuem para a melhoria da qualidade de vida da população residente, pois se tornam atores de uma degradação ambiental no espaço local. Percebe-se que em decorrência do turismo no espaço ocorre um aumento dos preços de produtos básicos necessários aos moradores do lugar, bem como diversos outros impactos sociais. Assim a população vê seu espaço e sua vida prejudicados constantemente.

### **3.1 A participação e as políticas públicas**

É importante abordar a categoria da subjetividade (realidade cognitiva do homem), a qual "(...) pressupõe o *sujeito autônomo*, constituído a partir do processo histórico da modernidade capitalista" (ALVES, 2006, p. 20). No entanto, o próprio sistema capitalista não permite que o indivíduo haja com autonomia, uma vez que a maioria é excluída, não tendo acesso à produção nem como trabalhadores e menos ainda como consumidores. Essa subjetividade é carregada de contradições, ela "(...) é o complexo de relações sociais do homem com outros homens (na instância da produção, circulação e consumo) e do homem consigo mesmo (na instância íntima de seu *pré-consciente*, *consciente* ou *inconsciente*)" (ALVES, 2006, p. 23).

Vale salientar, ainda, que o sujeito, nessa sociedade capitalista tem se tornado mero predicado. Assim, na medida em que se desenvolve o espaço da subjetividade, o sujeito moderno é negado, invertido e obscurecido pelas relações sócio-capitalistas de produção da vida social (ALVES, 2006).

De acordo com Santos (2003) o homem local dependia apenas do espaço que o circundava, ele dispunha de técnicas as quais eram necessárias para seu modo de vida, para atender suas necessidades. Em razão da passagem de uma multiplicidade de técnicas locais, geradas espontaneamente, para uma só tecnologia imposta em escala mundial, o homem se viu obrigado a mudar, em decorrência o espaço também mudou e continua em transformação constantemente.

Quanto à participação desse sujeito nesse espaço, nota-se que existem pontos essenciais à participação efetiva da população e, por conseguinte, ao estabelecimento de políticas públicas participativas, um deles é o pressuposto básico de que a participação consiste na identificação entre democracia e soberania popular, que para ser completa deve ser exercida por meio de maneiras diretas como a autogestão e conselhos populares. (AMARAL, 2006).

A participação surgiu como demanda da própria sociedade civil, que provocando pessoas lutou a fim de alcançar reconhecimento e acesso aos seus direitos, mudanças no modelo de participação no decorrer da história e conquistas.

De acordo com Pelizolli (2004) mudança de paradigmas requer mudanças na forma de pensar e nos valores. Assim, a participação popular num novo paradigma “passa a ser vista como uma intervenção social, (...) ao longo de todo o circuito de formulação e implementação de uma política pública”. (GOHN *apud* AMARAL, 2006, p.160). Devem ser criadas, então, instituições que possam transformar o Estado coerção em um Estado ampliado, ou seja, que atenda os interesses de todas as classes sociais, visando o bem estar da maioria em detrimento de uma minoria. A participação deve ser, dessa forma, política e social. (AMARAL, 2006).

Amaral (2006) afirma ainda que é necessário haver um espaço público não estatal, onde seja possível haver discussões em torno de assuntos ligados ao desenvolvimento da sociedade. Espaços públicos que atinjam ambos os circuitos da economia, que não sejam construídos hierarquicamente, ou seja, que os sujeitos dele participantes sejam vistos como cidadãos com direitos iguais.

Na investigação que vem sendo realizada na costa sul de Pernambuco, tem se buscado verificar se existe a participação da população local no planejamento do lazer. Nota-se que as atividades próprias do circuito inferior no lugar têm perdido seu valor e tradição, como o artesanato e a gastronomia, por exemplo. Enquanto as atividades do circuito superior crescem cada vez mais, ocupando o espaço da população local. Isso também é constatado no que diz respeito ao lazer.

#### **4 O LAZER PARTICIPATIVO ENQUANTO POLÍTICA SOCIAL**

A abordagem do lazer, enquanto política social, requer sua diluição na sua inserção mais ampla: o espaço das políticas públicas, que representam a materialidade da intervenção do Estado e a relação da Sociedade Civil com esse Estado em ação. Pensar em sociedade civil e em gestão participativa no Brasil é pensar na forma como a cidadania foi construída e em seus entraves. (AMARAL, 2006). Um dos principais limites ao exercício da cidadania no Brasil é “a falta de uma educação conscientizadora, que facilite a apreensão de aspectos críticos fundamentais na hora de a população participar”. (AMARAL, 2006, p.157).

Torna-se essencial que a cidadania seja vista também como “(...) a sensação de pertencer a uma comunidade, de participar de valores comuns, de uma história comum, de experiências comuns”. (CARVALHO *apud* AMARAL, 2006, p. 167).

Segundo Amaral (2006), a utopia é a criação de uma sociedade em que o tempo livre e o tempo de trabalho serão uma única coisa, um único tempo de liberdade. Esse tempo livre deve ser pensado e planejado de forma consciente e racional para que a liberdade seja alcançada no tempo, para que o tempo livre não seja um tempo alienado, levando em consideração que “(...) a dimensão espacial não é de modo algum sacrificada pela dimensão temporal: ambas representam uma componente que não pode ser suprimida do original historicismo de Marx (...)”. (QUAINI, 2002, p. 35).

Nem todo trabalho é ruim e nem todo lazer é bom, ambos, o trabalho e o lazer, podem alienar o homem. No período tecnológico em que se vive, é possível notar que existe uma divisão de classes que existem formas de lazer para cada classe. O lazer tem sido transformado em mercadoria. (LEFEBVRE, 2000; PADILHA, 2006).

Retomando o caso em estudo, percebe-se que na área em enfoque, tem sido priorizado o lazer para os visitantes que chegam em busca de diversão, em detrimento do lazer para as comunidades.

Essa comercialização do espaço de lazer vem ocorrendo em detrimento da participação das populações que têm perdido seus espaços para visitantes que os compram por determinado período de tempo para usufruir seu tempo livre. As comunidades têm ficado à margem dessas transações capitalistas, e vêem seus espaços sendo degradados rapidamente por pessoas alheias àquele local.

Ao mesmo tempo em que a população residente perde seu espaço de lazer, ela ganha um espaço de trabalho, onde predomina a flexibilização e precarização dessa atividade. A saída encontrada pela população local é submeter-se às atividades

propiciadas pelo turismo local, em troca de uma renda complementar, a qual possa suprir suas necessidades básicas de sobrevivência.

## 5 CONCLUSÃO

Percebem-se, dessa forma, as relações antagônicas do desenvolvimento. Os agentes de desenvolvimento capitalistas tendem a escolher e investir em áreas mais ricas em termo de recursos e infra-estrutura, conseqüentemente ocupam esses espaços, os quais antes eram espaços habitados e/ ou utilizados pela população local. Essa população, portanto, vai ficando à margem da sociedade capitalista.

No estudo de caso em desenvolvimento, é possível perceber que apesar de existirem diversas associações ativas formadas pelos moradores da localidade, não existe uma autogestão no local. A organização e planejamento do espaço são geridos pelo poder público, governo, não havendo incentivo por parte deste à participação popular. As políticas públicas são criadas e executadas sem a participação da população local.

Na busca de uma participação efetiva e democrática é necessário refletir a respeito de um tempo em que a população possa usufruir atividades que ajudem a desenvolver sua criticidade. (AMARAL, 2006).

A partir da prática de uma educação conscientizadora é possível que a população transforme sua postura perante os acontecimentos, passando de sujeitos passivos a indivíduos participantes, construtores de políticas públicas baseadas em seus anseios e direitos.

Em seus espaços, então, poderão existir o trabalho e o lazer, ambos como fonte de prazer. Esses espaços provavelmente serão, assim, muito mais valorizados e conservados, já que é nele que é construída a história diária de cada morador, pertencente àquela localidade. Um espaço construído de forma ativa, com políticas públicas conscientes, concebidas através de participação efetiva da população.

Deve-se buscar um espaço realmente humano, um espaço instrumento da reprodução da vida. (SANTOS, 2004). Espaço em que impere a qualidade de vida, em detrimento da desigualdade social, da pobreza, das injustiças sociais. Espaço em que o lazer seja vivenciado diariamente no tempo livre de cada sujeito... e porque não também no trabalho?

## REFERÊNCIAS

ALVES, Giovanni. Trabalho, subjetividade e lazer: estranhamento, fetichismo e reificação no capitalismo global. *In: Dialética do lazer*. Valquíria Padilha (Org.). São Paulo: Cortez, 2006.

AMARAL, Silvia Cristina Franco. Políticas públicas de lazer: existe possibilidade de uma gestão participativa? *In: Dialética do lazer*. Valquíria Padilha (Org.). São Paulo: Cortez, 2006.

CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **Os (des) caminhos do meio ambiente**. São Paulo: Contexto, 1985.

LEFEBVRE, Henri. *La production de l'espace*. 4. ed. Paris: Anthropos, 2000.

PADILHA, Valquíria (Org.). **Dialética do lazer**. São Paulo: Cortez, 2006.

PELLIZZOLI, Marcelo L. **Correntes da ética ambiental**. Petrópolis: Vozes, 2004.

QUAINI, Massimo. *Marxismo e Geografia*. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**. 2. ed. São Paulo: HUCITEC, 1997.

SANTOS, Milton. **Economia espacial**. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

SANTOS, Milton. **O espaço dividido**. Os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. Rio de Janeiro: F. Alves, 1979.

SANTOS, Milton. **Pensando o espaço do homem**. 5. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.